

Síria: entre a euforia e a incerteza



» **VÍTELIO BRUSTOLIN**
Professor de relações internacionais da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador de Harvard

» **ARTHUR AMBROGI**
Mestre em direito político e econômico pela Universidade Mackenzie

Bashar al-Assad foi, notoriamente, um dos ditadores mais cruéis e opressores da história contemporânea. Sua queda, contudo, vem causando um misto de euforia e incerteza na Síria. A dinastia Assad chegou ao poder com o golpe de Estado de Hafez al-Assad, em novembro de 1970, e se manteve quando seu filho Bashar o sucedeu, no ano 2000. Há poucos dias, Bashar foi derrubado por uma fulminante marcha rebelde, que avançou sobre as principais cidades do país durante 11 dias, encontrando pouca resistência das forças do ditador. Essa marcha não foi efetiva por si só — na verdade, ela apenas atingiu resultado devido ao enfraquecimento ou à retirada dos principais aliados do regime: Rússia, Irã e Hezbollah. Dito isso, ainda em meio às comemorações pela queda do ditador, o país enfrenta um cenário em que grupos considerados terroristas por muitos países — como o Hayat Tahrir al-Sham (HTS) — buscam articulação para transformar sua vitória militar em uma transição política sustentável. Nesta terça-feira, começou a formação de uma espécie de governo de transição, comandado pelo líder do HTS, Abu Mohammed al-Julani. Trata-se de um militante sírio classificado como “terrorista global especialmente designado” pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos desde maio de 2013. Desde 2017, os EUA oferecem uma recompensa de US\$ 10 milhões por informações que levassem à sua captura. A despeito disso, a transição culminou na indicação de um novo

primeiro-ministro, Mohammed al-Bashir, realizada na presença do seu antecessor, Mohammed al-Jalani, que serviu ao regime deposto. Potências estrangeiras há muito se digladiam na Síria, seja por posições militares estratégicas, como o Porto de Tartus, ocupado pela Rússia desde 1971, seja por recursos naturais e rotas comerciais. A Rússia, que garantiu asilo a Assad, está atolada demais na guerra contra a Ucrânia para conseguir garantir seus interesses na Síria. Os Estados Unidos, por sua vez, atuam diretamente com tropas e projeção de poder na região, inclusive bombardeando alvos do Estado Islâmico, além de fortalecer seus aliados, com destaque para Israel e os curdos, no nordeste sírio. Por falar em Israel, sua participação foi providencial para a deposição de Assad e demandará um espaço considerável nesta análise. Ao combater o Hezbollah no Líbano, Israel também bombardeou todas as bases aéreas sírias que não estavam sob controle direto da Rússia. O Hezbollah era um aliado de Assad, assim como o Irã. Israel decapitou o Hezbollah ao longo do último ano, além de, alegadamente, destruir metade do seu poderio bélico. Não obstante, ao revidar os ataques iranianos, destruiu a defesa antiaérea do Irã, deixando claro que um novo bombardeio seria devastador para este. Complementarmente, ao entrar no sul da Síria após a queda de Assad, Israel busca criar uma zona tampão com seus aliados drusos e resguardar as Colinas de Golã, ocupadas desde 1967 e alegadamente anexadas em 1981. Após a queda de Assad, Israel também aprofundou sua estratégia de desmantelar a linha de suprimentos criada pelo Irã via território sírio. Dito de outra forma: o precário cessar-fogo no Líbano aliviou uma das sete frentes travadas por Israel contra o chamado “Eixo da Resistência”. Assim, os generais de Netanyahu encontraram a brecha que precisavam para expulsar o Irã da Síria, pelo menos por ora. Esse foi o fim de um plano traçado ao longo de três décadas pela Guarda Revolucionária do Irã e cuidadosamente concretizado sob o direcionamento do “comandante das sombras”, o general Qassem

Soleimani, morto pelos Estados Unidos no Iraque, em 2020. A estratégia iraniana incluía a formação de um arco terrestre a partir do Irã, passando pelo Iraque, Síria, Líbano e chegando a território israelense. Com a queda de Assad, o arco foi partido. Enquanto isso, a Turquia de Erdogan aproveita a retirada iraniana e o atoleiro russo com a guerra na Ucrânia para consolidar sua presença no norte da Síria. Movimentos militares recentes sinalizam pressão sobre os curdos e apoio a comunidades filo-turcas no Líbano. No momento, a principal questão que está em aberto é o papel a ser desempenhado pelo HTS. O maior grupo na derrubada de Assad se reinventou em 2017, mas suas raízes surgiram da Frente al-Nusra, filiada à Al-Qaeda, que combatia o regime Assad na guerra civil, iniciada na Primavera Árabe, em 2011. Nesse ponto, vale lembrar que, em 2013, o autoproclamado Estado-Islâmico passou a atacar forças diversas na região e a promover atentados em outros continentes, culminando no controle de um território substancial em 2014, no qual foi imposta a sharia por meio de um califado. Com o jihadismo de orientação salafista e wahabita do califado, o Estado Islâmico se consolidou como uma rede terrorista transnacional. Assim, alguns interesses geopolíticos convergiram, gerando reações militares da Otan, de Israel e de diversos países árabes, além de uma ampliação do suporte estratégico ao regime Assad por parte da Rússia e do Irã. É o mesmo Estado Islâmico que agora os Estados Unidos estão bombardeando no centro do Síria. Cabem dois pesos e duas medidas? O Estado Islâmico é considerado um grupo terrorista tanto quanto o Hayat Tahrir al-Sham. Este, inclusive, tem laços com o Hamas, em Gaza. Na última segunda-feira, o Conselho de Segurança fez uma reunião fechada, solicitada pela Rússia, justamente para tratar do futuro da Síria. A reunião resultou na decisão de aguardar novos desdobramentos. Nenhum fato poderia evidenciar melhor: a Síria continua mergulhada na euforia de muitos e na incerteza de todos.



Economia popular e solidária, o esperar de outro modelo de desenvolvimento



» **GILBERTO CARVALHO**
Secretário Nacional de Economia Popular e Solidária, foi fundador do PT e trabalhou nos governos Lula e Dilma Rousseff

É no contexto do G-20, recém-realizado no Rio de Janeiro, quando um novo esperar mundial surge com o lançamento da Aliança Global contra a Fome e a Miséria, proposta pelo presidente Lula; o agravamento da crise climática, que atinge com muito mais intensidade os mais pobres; e numa conjuntura desfavorável aos trabalhadores, com flexibilização, informalidade, pejotização e plataformação do trabalho; que se faz urgente grande ousadia para a construção de um novo projeto de sociedade. Parece utopia, mas o povo vem clamando por uma transformação que proporcione uma vida mais digna, garanta direitos fundamentais, que vêm sendo sistematicamente retirados à medida que o capitalismo avança, e gere novas oportunidades de emprego e renda. A construção dessa nova perspectiva social e econômica, fundamentada em princípios como cooperação e solidariedade, passa necessariamente pela economia solidária, que, embora se constitua em modo de vida e subsistência de muitas famílias brasileiras, ainda é pouco visibilizada como um modelo de desenvolvimento mais humano e ambientalmente sustentável.

Embora negligenciada, a economia popular e solidária segue pulsante em todo país, e os números podem comprovar. De acordo com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), os empreendimentos solidários somavam, em 2016, mais de 21,8 mil, envolvendo 1.687.035 trabalhadores, em 2.934 municípios brasileiros. Esses dados expressam o potencial da economia popular solidária no Brasil. Como as demais políticas públicas dos governos do PT, a economia solidária também sofreu um processo de desmonte a partir de 2016, e mais intensamente durante o governo Bolsonaro. Agora, temos a oportunidade de retomar essa política por meio da rearticulação das redes e cadeias produtivas do setor, do apoio aos empreendimentos solidários e o incentivo à criação de novas iniciativas, da formação e qualificação, do fortalecimento dos movimentos de EcoSol e da luta por mais orçamento e marcos regulatórios que a consolidem como política pública permanente. O governo Lula tem dado passos significativos nesse sentido, com a recriação da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (Senaes), no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a retomada dos processos de participação social nos debates sobre o tema e um programa voltado à economia solidária no PPA 2023-2027, além da tramitação, no Congresso, da Política Nacional de Economia Solidária. Na Senaes, o trabalho também não para. Entre 9 e 13 de dezembro, durante a Semana da Economia Solidária, lançaremos o

Programa de Formação Paul Singer – Agentes de Economia Popular e Solidária, como parte da estratégia de fortalecimento da economia popular e solidária. A iniciativa se articula a outros programas de formação e qualificação da Política Nacional de Participação Social em Educação Popular nos Territórios, da Secretaria-Geral, que prepara agentes de vários ministérios, como Saúde, Cultura, Desenvolvimento Agrário e Trabalho, para atuar em todo Brasil, onde a vida das pessoas acontece e as soluções precisam ser construídas no diálogo entre governo e população. O programa é uma parceria da Senaes com a Fundacentro, também ligada ao MTE, e prevê cerca de 1.000 agentes de economia popular e solidária espalhados por todo país até 2025 não só com objetivo de ampliar o diálogo entre governo e população, mas também de fortalecer e dinamizar a economia solidária nos territórios. O nome é uma homenagem ao professor e economista Paul Singer, que foi secretário Nacional de Economia Solidária por 13 anos, de 2003 a 2016, e tem uma extensa obra sobre o tema, além de reconhecida contribuição à economia solidária no Brasil. É, portanto, unindo o seu legado à luta dos movimentos e trabalhadores da EcoSol que esperamos na economia popular e solidária, do jeito que o mestre Paulo Freire defendia: “Esperança é levar adiante, esperança é juntar-se com outros para fazer de outro modo”. Façamos, juntas e juntos. Esse é o nosso convite.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960 (Circe Cunha (interina))



circecunha.df@dabr.com.br

O novo sempre vem

Dizem que o tempo não espera por ninguém. Nem por coisas, nem por pessoas. Camões já dizia, com muito propriedade, “mudam-se os tempos, mudam-se as vontades. Muda-se o ser, muda-se a confiança. Todo o mundo é composto de mudanças”. O que se é hoje, já não se é amanhã. Em política, então, essa noção de tempo é ainda mais veloz. A velocidade com que projetos políticos envelhecem só tem paralelo com a rapidez com que as nuvens brancas dançam, varridas pelo vento deslizando no céu azul. O tempo também não espera pelo homem público, nem pela política. Não por outra razão, é possível observar a rapidez com que figuras do nosso mundo político deixam de interessar aos eleitores. Tudo tem seu tempo de existir e brilhar, e os políticos não escapam dessa ação desgastante e contínua do passar dos dias, pois são obrigados a ficar em exposição permanente. Essa ação transformadora ajuda a trazer para o cenário nacional novos eleitores, mais ou menos engajados, mais ou menos interessados. Mesmo as estruturas partidárias, engessadas pelas vantagens públicas, cheias de teias de aranha e mofo, uma hora qualquer se veem diante da encruzilhada fatal: ou muda ou desaparece no anonimato. Partidos que, em um passado recente, eram proclamados como as maiores legendas políticas do continente, hoje são só lembranças desbotadas pelo tempo. Seus principais personagens ou estão esmagados pela ação da idade ou simplesmente deixaram esse mundo para trás. Em nosso país, o perfil do eleitorado muda mais rápido do que os edifícios partidários. A verdade cruel é que novos eleitores já não se identificam com as velhas legendas, nem tampouco com os velhos caciques. O elemento que poderia trazer mais dinâmica e sobrevida às legendas políticas seria a reforma da própria política. Mas esse movimento necessário encontra barreiras naqueles que ainda sobrevivem da velha política e de seus benefícios. Ainda fazemos política como no início do século passado, na base da negociação de vantagens. O toma lá dá cá, embora ainda funcione a todo o vapor e em pleno século 21, é um modelo antigo, que os novos tempos identificam como fator de atraso e subdesenvolvimento. Personagens da nossa vida política que neste momento estão em atuação, ajudando ou mesmo prejudicando o país, com toda a certeza, passarão. Ficarão, talvez, os bons exemplos a serem aproveitados no futuro e as más ações também a servirem de lição e precaução em não repeti-la. Mesmo a insistência com que alguns recorrem hoje às velhas práticas na política também deixará de existir. A mania em repetir velhos projetos, na vã esperança de que, desta vez, dará certo, também irá cessar, deixando para trás uma vasta planície de escombros e lições. A reforma política, se tiver que vir, que venha o quanto antes, pois também ela tem seus dias contados para envelhecer. Se serve de consolo, é preciso lembrar Mateus (9:16,17): “Ninguém coloca remendo novo em roupa velha, nem vinho novo em odres velhos”. Mais uma vez, o ano novo começa a dar sinais de que irá despatinar no horizonte distante. Em tempos assim, o desejo de mudança reacende a esperança de que um novo modelo de fazer política parece se aproximar. Que venham logo esses bons ventos de mudança, antes que envelheçam também.

» A frase que foi pronunciada

“Não é o poder que corrompe, mas o medo. O medo de perder o poder corrompe aqueles que o exercem, e o medo do flagelo do poder corrompe aqueles que estão sujeitos a ele.”

Aung San Suu Kyi

Voo

» Não há normativos da Anac que mantenham, por segurança, médicos em voos. Nem há protocolo que obrigue as empresas aéreas a providenciar medicamentos para episódios alérgicos, de engasgos ou mesmo para os primeiros socorros a um enfartado.

Uma pena

» Que venham todas as críticas para os colégios militarizados. Mas que seja reconhecido o desempenho dos alunos de colégios militares nas Olimpíadas de Matemática. São tão bons que ninguém, além deles, consegue subir no pódio.

» História de Brasília

Os diretores da Novacap, drs. Balallay May, Jaime Almeida e Vasco Viana de Andrade, enviaram expediente ao prefeito Sette Câmara solicitando o afastamento de toda a diretoria, até que termine o inquérito mandado instaurar. (Publicada em 24/4/1962)